

**DECLARAÇÃO DE PREFEITOS DE MARRAQUEXE**

**CIDADES**

**TRABALHANDO JUNTAS PARA MIGRANTES E REFUGIADOS**

**Adotada no**

**5º Fórum de Prefeitos para a Mobilidade Humana, Migração e Desenvolvimento  
8 de dezembro de 2018**

**Apresentada na**

**Conferência Intergovernamental  
para adoção do Pacto Global para uma migração segura, ordenada e regular  
10 a 11 de dezembro de 2018**

**e**

**Assembleia Geral das Nações Unidas para adoção do Pacto Global sobre Refugiados  
17 de dezembro de 2018  
Declaração de Marraquexe de Prefeitos**

## **Nós, Prefeitos e líderes de cidades em todo o mundo,**

Reunidos no 5º FÓRUM DE PREFEITOS SOBRE MOBILIDADE HUMANA, MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO,

aproveitamos a oportunidade do encontro de líderes nacionais na reunião de Marraquexe para a assinatura do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (GCM, sigla em inglês para Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration) e posteriormente em Nova York para a adoção do Pacto Global para Refugiados (GCR, sigla em inglês para Global Compact on Refugees) e

declaramos como segue:

### **NÓS ENALTECEMOS:**

- O passo histórico que o GCM e GCR representam para enfrentar os desafios e as oportunidades da migração internacional e deslocamento forçado, e defender os direitos e a dignidade dos migrantes e refugiados no mundo.
- O reconhecimento pleno e formal do papel das autoridades locais na implementação, acompanhamento e revisão dos Pactos.

### **NÓS LEMBRAMOS:**

- As declarações e compromissos<sup>1</sup> feitos pelas cidades e suas redes através dos processos preparatórios junto à GCM e GCR, bem como nosso interesse que ambos os pactos reforcem a governança inclusiva<sup>2</sup> e coordenada em vários níveis e respostas em benefício dos migrantes e refugiados.

### **NÓS REAFIRMAMOS:**

- Que a migração permanece principalmente como um fenômeno urbano e local. Enquanto reconhecendo que a imigração é uma prerrogativa do Estado, Cidades de todos os continentes são as portas de entradas para o gerenciamento do impacto da migração bem como a promoção de sociedades inclusivas, seguras e sustentáveis.

---

<sup>1</sup> Declaração de Berlim do 4º Fórum Prefeito (junho de 2017), “Declaração de Prefeitos sobre migrantes e refugiados: atendendo às necessidades, protegendo os direitos e incentivando o empoderamento”, Declaração de Mechelen sobre Cidades e Migração (apoiada pela OIM, UN-Habitat e CGLU - novembro de 2017), documento de posição da Metrópolis (novembro de 2017, endossado por 149 cidades) submetido ao GCM; Recomendações aos co-facilitadores sobre o texto do GCM e do GCR (maio de 2018, endossado por 41 cidades); Declaração de Prefeitos do Parlamento Global sobre Crianças Migrantes (dezembro de 2017) e Declaração de Bristol (outubro de 2018).

<sup>2</sup> Este princípio já é levado em consideração na Nova Agenda Urbana (2016) e na Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes (2016). Ambos os Compactos apóiam a governança inclusiva em vários níveis. No GCR, reconhece-se que as autoridades locais e as comunidades são frequentemente as primeiras a responder aos movimentos de refugiados em larga escala e que estão entre os atores que experimentam o impacto mais significativo no médio prazo. No GCM, reconhece-se que é necessária uma abordagem de todo o governo para garantir coerência política horizontal e vertical em todos os setores e níveis de governo, e que as ações deverão ser tomadas nos níveis local, nacional e regional para atingir com sucesso os objetivos do Pacto.

- O crescente papel que nós, Cidades e outras autoridades locais, temos e a crescente gama de responsabilidades que nós gerenciamos provendo apoio para migrantes e refugiados, e assegurando o sucesso de inclusão em nossas comunidades. Como primeiros respondedores, Cidades constantemente inovam e desenvolvem soluções pragmáticas que podem ter impactos positivos nas esferas nacionais e internacionais.
- Que Cidades são uma força para mudança, e que nossos esforços e participação ativa serão essenciais para alcançar os objetivos do GCM e GCR.
- Que um diálogo estruturado com os governos locais sobre questões de migração nos níveis nacional e internacional é fundamental para assegurar respostas adequadas e garantir a implementação do GCM e do GCR.

#### **NÓS NOS COMPROMETEMOS A:**

- Avançar nos princípios e objetos de ambos Pactos em harmonia. Suas visões comuns sustentam a nossa como líderes de nossas Cidades – a saber, “não deixar ninguém para trás” e tornar as Cidades “inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”<sup>3</sup>.
- Permanecer em solidariedade e aumentar a colaboração entre as Cidades, reconhecendo que os contextos das Cidades variam e requerem abordagens diferenciadas.
- Agir, incluindo: implementando programas locais e conjuntos; garantindo maior coordenação de serviços oferecidos localmente; experimentando novas abordagens de forma que soluções inovadoras possam emergir; mobilizando recursos financeiros para apoiar nossos esforços; melhorando a coleta de dados e mensuração de progresso; criando parcerias sustentáveis entre as cidades; compartilhando conhecimento e melhores práticas, e buscando a diplomacia urbana e a defesa conjunta dos direitos.
- Desempenhar um papel fundamental na formação de uma narrativa mais bem informada sobre migração, por meio da incubação de soluções e da geração de evidências sobre "o que funciona" para migrantes, famílias, comunidades e cidades.

#### **Mais especificamente com respeito ao GCM, nós nos comprometemos a:**

- Endossar o conjunto de princípios orientadores transversais e independentes identificados no GCM, com ênfase em uma abordagem centrada nas pessoas para a migração e abordagens sensíveis ao gênero e às crianças em relação aos direitos dos migrantes e proteção dos direitos dos imigrantes e refugiados mais vulneráveis, especialmente crianças.
- Trabalhar em conjunto com a comunidade internacional para ajudar a concretizar o Objetivo 2, minimizando os fatores adversos e estruturais que levam as pessoas a

---

<sup>3</sup> Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Objetivo 11.

deixarem seu país de origem e defendendo um estudo adicional do potencial da migração circular assim como apoio a parcerias e programas conjuntos cidade – cidade.

- Acelerar nossos esforços para avançar nos quatro objetivos prioritários, especificamente em:
  - **Abordar e reduzir as vulnerabilidades** (Objetivo 7): a proteção dos direitos humanos dos migrantes e a proteção contra a exploração – com ênfase nos direitos das crianças – por meio de ações destinadas a garantir assistência jurídica e acesso à informação; tutela para crianças desacompanhadas e separadas; acesso não discriminatório à educação e à saúde; e acesso a recursos de segurança pública, incluindo zonas seguras, para denunciar crimes e mecanismos para proteger os migrantes da exploração.
  - **Prover aos migrantes o acesso seguro aos serviços essenciais** (Objetivo 15): garantia de igualdade de acesso dos moradores aos serviços das Cidades, independentemente da migração ou do status legal; apoio à informação, mecanismos de referência e iniciativas de divulgação sobre os serviços disponíveis; e defesa do acesso à educação para todas as crianças e adolescentes, independentemente da migração ou do status legal.
  - **Empoderar os migrantes e as sociedades para que alcancem a plena inclusão e a coesão social** (Objetivo 16): garantia da participação dos migrantes (por exemplo, em órgãos consultivos liderados pelos migrantes e conselhos de juventude imigrante); aumento da nossa parceria com uma variedade de partes interessadas para facilitar a integração espacial, social, econômica e cultural dos migrantes, incluindo com foco em iniciativas de juventude; conscientização sobre as necessidades e contribuições dos migrantes; combate aos rumores, estereótipos e desinformação.
  - **Eliminar todas as formas de discriminação e promover discurso público baseado em evidências para moldar percepções de migração** (Objetivo 17): capacitação e engajamento de líderes comunitários locais para prevenir, denunciar e agir contra incidentes de intolerância, racismo, xenofobia e outras formas de discriminação contra migrantes e diásporas; promoção de campanhas de conscientização direcionadas às comunidades de origem, trânsito e destino a fim de informar a opinião pública sobre as contribuições positivas.

**Mais especificamente com respeito ao GCR, nós nos comprometemos a:**

- Endossar os princípios orientadores e objetivos do GCR e seu programa de ação, com ênfase na viabilização de inclusão econômica, social e cultural de refugiados, bem como acesso não discriminatório a serviços e meios de vida.

- Acelerar nossos esforços para avançar nos seguintes objetivos em colaboração com os governos nacionais:
  - **Apoiar a recepção adequada de refugiados e solicitantes de refúgio, conforme apropriado** (parágrafo 37): reconhecendo o papel das autoridades locais e outros atores locais como os primeiros a responder às situações de refúgio em grande escala consistentes com as estratégias nacionais e com o apoio das partes interessadas relevantes para reforçar a capacidade de recepção (incluindo arranjos de abrigos para recém-chegados).
  - **Atender às necessidades dos refugiados e apoiar as comunidades** (parágrafo 66): reconhecendo que as cidades e autoridades locais podem ter um impacto significativo no curto e médio prazo, e com o apoio de outros atores relevantes, para prestar assistência através de nossos serviços de forma a beneficiar tanto refugiados e nossas comunidades mais amplas, quando apropriado.
  - **Incentivar iniciativas que favoreçam a inclusão e a autonomia dos refugiados** (parágrafos 97-100): apoiando o desenvolvimento de estruturas estratégicas para a integração; fortalecendo capacidades, com apoio da comunidade internacional, para auxiliar o processo de integração para remoção de barreiras à inclusão; promovendo o respeito e boas relações; e facilitando o acesso a oportunidades de subsistência para refugiados.
  - **Engajar-se em parcerias regionais e globais** (parágrafo 38): compartilhando conhecimento, boas práticas e abordagens inovadoras para respostas de refugiados em ambientes urbanos, inclusive por meio de acordos de geminação, com o apoio do ACNUR e outras partes interessadas relevantes.

**Com relação aos mecanismos de acompanhamento e de revisão, nos comprometemos a:**

- Envolver-nos nos procedimentos de acompanhamento e revisão e contribuir para a revisão dos objetivos e compromissos dos Pactos em estreita colaboração com as redes existentes de governos locais, incluindo pelo engajamento no mecanismo de prefeitos do Fórum Global de Migração e Desenvolvimento (GFMD, sigla em inglês) e contribuindo com a Rede de Migração da ONU, o Fórum Internacional de Revisão de Migração da ONU, começando em 2022, e o Fórum Global de Refugiados, começando em 2019.
- Aumentar a cooperação multilateral da Cidade e adotar ou desenvolver ferramentas e indicadores comuns para medir nossos progressos, coletar e compartilhar dados com atores nacionais e internacionais.

**Nós chamamos a Comunidade Internacional, Governos Nacionais bem como o Setor Privado para que:**

- Considerem nossa experiência e prioridades em formulação de políticas, aprendam com nossa experiência, desenvolvam ações e programas apoiados pelas Cidades, apoiem nossos esforços e alavanquem nossos êxitos, incluindo pelo mecanismo do GCM de construção de capacidades.
- Apoiem e incentivem o engajamento das cidades nos processos de acompanhamento e revisão. Em particular, incluam as Cidades - por meio de mecanismos formais em andamento -, como partes interessadas centrais no Fórum Internacional de Revisão de Migração para o GCM, e como importantes contribuintes para o Fórum Global de Refugiados, reuniões de revisão de médio prazo de alto nível e plataformas de apoio relevantes<sup>4</sup>.
- Trabalhem com as principais redes de Cidades internacionais para melhorar a cooperação multilateral, implementar programas locais ou conjuntos, medir o progresso, e coletar e compartilhar dados com atores nacionais e internacionais.
- Apoiem e engajem-se em novas iniciativas, garantindo vínculos com o eleitorado organizado dos governos locais, notadamente o Conselho de Migração dos Prefeitos (Mayors Migration Council – MMC -, em inglês) e sua missão de elevar a capacidade de todas as Cidades em informar a política internacional em migração e refúgio; a elaboração de indicadores de Governança Migratória para as Cidades (Migration Governance Indicators); e a criação de mecanismos para assegurar e garantir o financiamento para as cidades e governos regionais, inclusive através de Fundo Fiduciário Doador da União Europeia e, em particular, para apoiar as Cidades de países em desenvolvimento e cidades secundárias.
- Implementem os compromissos assumidos no âmbito da Nova Agenda Urbana para apoiar as Cidades, inclusive por meio da cooperação internacional, à luz das importantes contribuições sociais, econômicas e culturais da migração para a vida urbana.

---

<sup>4</sup> Dentro do processo de monitoramento e revisão do GCR, uma chamada é feita para os governos locais serem envolvidos e consultados sobre o desenvolvimento de indicadores para o GCR (como detalhado no parágrafo 102, GCR), e para serem incluídos como stakeholders centrais no Global Refugee Forum, reuniões de revisão intermediárias de alto nível e plataformas de apoio relevantes. Dentro de processo de monitoramento e revisão do GCM, os Estados se comprometeram a discutir a implementação ao nível local e o engajamento dos atores relevantes (parágrafo 49, GCM).